

Compromisso da COP 26 sobre Posse Florestal de Povos Indígenas e Comunidades Locais



Relatório Anual 2025–2026

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Compromisso COP26 sobre Posse Florestal de Povos Indígenas e Comunidades Locais foi concluído em dezembro de 2025. **Durante esse período, os signatários do Compromisso da COP26 — conhecidos coletivamente como Grupo de Financiadores pela Posse Florestal (FTFG, sigla em inglês) — contribuíram com US\$ 2,35 bilhões para o compromisso de US\$ 1,7 bilhão, superando a meta em 38%.** Nas décadas anteriores, a segurança da posse de terras dos povos indígenas e das comunidades locais (PIs e CLs) recebeu muito menos apoio do que o necessário, considerando que poucos investimentos trazem mais benefícios para o clima, a biodiversidade, os direitos humanos e os meios de subsistência sustentáveis. O Compromisso COP26 buscou responder a essa necessidade. Os doadores não são os únicos responsáveis pelos resultados do Compromisso COP26. O mérito deve ser atribuído aos nossos parceiros, especialmente aos povos indígenas e às comunidades locais, que implementaram o trabalho e alcançaram impacto real por meio de décadas de incidência política e da defesa e gestão diárias de seus territórios.

Quando foi anunciado, em novembro de 2021, o Compromisso COP26 confirmou o que milhões de povos indígenas e comunidades locais já sabiam: a proteção das florestas exige o apoio aos guardiões da floresta e a garantia de seus direitos de posse. O

Compromisso COP26 contribuiu para que os direitos de posse florestal passassem da periferia das ações relacionadas ao clima e à biodiversidade para o centro; além disso, facilitou o espaço político para que os governos implementassem medidas de segurança fundiária. Houve uma mudança palpável na COP30 da UNFCCC com o anúncio do Compromisso Intergovernamental sobre a Posse da Terra (ILTC, sigla em inglês) da Parceria de Líderes Florestais e Climáticos (FCLP, sigla em inglês) em 2025. Os governos das regiões de florestas tropicais se comprometeram a reconhecer e fortalecer 160 milhões de hectares de terras de povos indígenas, comunidades locais e comunidades afrodescendentes até 2030.

As comunidades governam e cuidam de seus territórios há séculos, mas as ameaças crescentes tornam a segurança fundiária mais urgente do que nunca. Sem direitos reconhecidos e exequíveis, elas ficam mais expostas ao deslocamento, à invasão, à violência e às atividades ilegais. A segurança fundiária é multidimensional. Sua base é o reconhecimento legal, mas os direitos devem ser concretizados na prática. Para alcançar isso, as comunidades precisam de instituições, recursos e informações para governar, administrar e salvaguardar seus territórios. Por sua vez, a segurança da posse requer um apoio diferenciado por meio de múltiplos canais: a criação de condições propícias, desde políticas nacionais e reformas legais até os sistemas governamentais que as implementam; financiamento confiável, de longo prazo e de alta qualidade para os povos indígenas e as organizações de comunidades locais; e trabalho técnico em parceria com as comunidades, incluindo mapeamento e demarcação, assistência jurídica, planejamento da gestão territorial e monitoramento. Isoladamente, nenhum desses elementos é suficiente, e o Compromisso COP26 ajudou a demonstrar que eles devem ser combinados.



Em 2025, o financiamento alinhado ao Compromisso COP26 concentrou-se em temas e regiões geográficas bem definidos. Juntas, a gestão territorial e a segurança fundiária (33%) e a gestão florestal sustentável e os meios de subsistência baseados na floresta (33%) representaram quase dois terços do financiamento de 2025, enquanto o apoio aos processos nacionais de reforma fundiária aumentou de US\$ 26 milhões em 2024 para US\$ 47 milhões. Regionalmente, a América Latina recebeu 71% do financiamento não global, seguida pela região da Ásia-Pacífico (16%) e pela África (13%).

Embora o Compromisso da COP26 não fizesse referência ao financiamento direto, os membros do FTFG atenderam às necessidades dos parceiros e passaram a atribuir cada vez mais importância ao financiamento direto ao longo do período de cinco anos do Compromisso. Os membros também aprenderam maneiras de melhorar a forma como os recursos chegam às comunidades. Ao longo do Compromisso COP26, o financiamento direto às organizações de povos indígenas e comunidades locais aumentou em volume e alcance. **O financiamento destinado diretamente aos povos indígenas e às organizações das comunidades locais passou de 2,9% do financiamento declarado em 2021 para 7,2% em 2025; e os membros relataram apoio direto a pelo menos 135 organizações de povos indígenas e comunidades locais em 2025, em comparação com apenas 22 em 2021.** É importante ressaltar que um ecossistema em expansão de fundos territoriais e liderados por indígenas abriu novas opções estratégicas para doadores e ofereceu às comunidades vias de financiamento concebidas e administradas por seus próprios movimentos, o que será fundamental para o sucesso do Compromisso renovado da COP30.

Os avanços nas áreas de gênero e apoio à juventude têm sido desiguais, sendo necessários esforços mais direcionados. Apenas 4% do financiamento de 2025 tinha gênero como objetivo principal, uma queda em relação aos 14% registrados em 2024. Esse declínio pode ser atribuído, principalmente, a dois fatores: compromissos de gênero de grande porte e plurianuais foram contabilizados em anos anteriores, e a carteira de um doador voltada para questões de gênero foi encerrada no final de 2025. Menos de 1% do financiamento tinha juventude como objetivo principal. As porcentagens para ambas as áreas de financiamento devem melhorar no período da COP30. Vale ressaltar, no entanto, que foram alcançados avanços importantes na integração da perspectiva de gênero: no último ano do período do Compromisso COP26, mais de 60% dos fundos integraram a perspectiva de gênero como um objetivo significativo.

Doadores governamentais e filantrópicos disponibilizam recursos de maneiras diferentes, em grande parte porque operam sob regras e restrições distintas. Os doadores públicos administram o dinheiro dos contribuintes e, portanto, estão sujeitos a regras orçamentárias públicas, normas fiduciárias, requisitos de compras públicas e obrigações detalhadas de gestão financeira e contábil. Embora isso muitas vezes torne difícil administrar diretamente um grande número de pequenos subsídios, os doadores públicos podem mobilizar recursos em maior escala por meio de intermediários capazes de gerenciar os requisitos de conformidade e repassar os recursos para organizações de povos indígenas e comunidades locais. Por oferecer maior flexibilidade, a filantropia privada tende a trabalhar com atores locais e com a sociedade civil; ela pode apoiar iniciativas inovadoras e impulsionadas pela comunidade, responder rapidamente às necessidades locais e construir parcerias estreitas que fortaleçam a apropriação e o impacto de base, inclusive com projetos de pequena escala ou experimentais.



O FTFG inclui os dois tipos de doadores, de modo que seus esforços se complementam e facilitam as múltiplas dimensões necessárias para alcançar a segurança fundiária.

Todos os membros do FTFG reconhecem que os povos indígenas e as comunidades locais devem se beneficiar de um financiamento baseado em direitos, confiável, de longo prazo e flexível. Eles utilizam diferentes canais para atingir esse objetivo e buscam medir o progresso por meio de porcentagens de financiamento direto, entendendo que essas porcentagens não refletem todos os aspectos de um financiamento de alta qualidade para os povos indígenas e as comunidades locais.

Cinco anos de prática coletiva geraram outras lições duradouras. **A primeira é que a posse da terra passou da periferia das estratégias climáticas e de conservação para o centro.**

A segunda é que o reconhecimento jurídico é necessário, mas não suficiente. Resultados duradouros dependem de instituições robustas e representativas, de uma gestão territorial eficaz, de financiamento sustentável, de sistemas de monitoramento e da capacidade de responder a ameaças.

Em terceiro lugar, os doadores trabalharam para se adaptar às realidades das comunidades, proporcionando acesso a financiamento tanto diretamente quanto por meio de aliados, parceiros e intermediários de confiança. Eles ofereceram apoio ao fortalecimento de capacidades para que as organizações dos povos indígenas e das comunidades locais pudessem desenvolver resiliência administrativa. Os doadores também permitiram que os parceiros escolhessem suas próprias vias de financiamento e investiram em fundos territoriais liderados por indígenas, que se expandiram ao longo do período do Compromisso COP26.

A quarta lição é que a prestação de contas está ligada à transparência. Como os resultados do Compromisso COP26 eram públicos e divulgados anualmente, os movimentos dos povos indígenas e das comunidades locais puderam utilizar esse instrumento recorrente e baseado em evidências para cobrar que os financiadores cumprissem seus compromissos. O ciclo compartilhado de relatórios levou os doadores a examinar suas próprias carteiras e a identificar lacunas nos programas em termos de financiamento direto, cobertura regional, gênero e juventude.

O trabalho agora continua com um compromisso mais amplo. **Na Cúpula Mundial de Líderes, realizada em novembro de 2025 em Belém, 39 doadores governamentais e filantrópicos comprometeram-se a contribuir com US\$ 1,8 bilhão para o Compromisso COP30 sobre Florestas e Posse da Terra para Povos Indígenas, Comunidades Locais e Comunidades Afrodescendentes.** O novo Compromisso COP30 se estende além das florestas, abrangendo todos os ecossistemas terrestres relevantes.

Essa abordagem mais ampla reflete a enorme necessidade de apoio à segurança fundiária em todos os ecossistemas. **A segurança fundiária comunitária é cada vez mais reconhecida como fundamental nas três Convenções do Rio:** a UNCCD reconhece a segurança fundiária como essencial para conter a degradação do solo e restaurar paisagens degradadas; a CDB e seu Quadro Global de Biodiversidade comprometem os governos a conservar 30% das terras e águas até 2030, ao mesmo tempo em que reconhecem os territórios indígenas e tradicionais; e na UNFCCC, o preâmbulo do Acordo de Paris exorta as Partes a respeitarem os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais ao adotarem medidas climáticas.



Há cinco anos, o Compromisso COP26 se propôs a provar que um compromisso público transparente poderia mudar a forma como o mundo financia a posse da terra. E foi o que aconteceu. Os povos indígenas, as comunidades locais e seus parceiros transformaram esse financiamento em territórios reconhecidos, instituições mais fortes e um lugar de destaque na agenda global. **O Compromisso COP30 é lançado com canais de execução comprovados, um ecossistema crescente de fundos indígenas e administrados pelas comunidades, parcerias mais sólidas e uma base de evidências compartilhada. Um plano ambicioso orienta nossos próximos cinco anos.** Nosso objetivo é apoiar esforços que abordem os fatores sistêmicos da insegurança fundiária, direcionar mais recursos para que cheguem às comunidades de acordo com suas próprias condições e fortalecer parcerias que incorporem a segurança fundiária nas iniciativas globais e regionais que protegem a natureza e as pessoas.

Traduzimos este documento usando, sempre que possível, uma linguagem inclusiva e neutra em termos de gênero. Nos casos em que isso não pôde ser feito sem comprometer a clareza ou a gramática, seguimos as regras gramaticais padrão e usamos o plural masculino.